

Lei de Cinema não satisfaz

É o que dizem o cineasta Ivan Cardoso e os produtores Kahns e Barreto

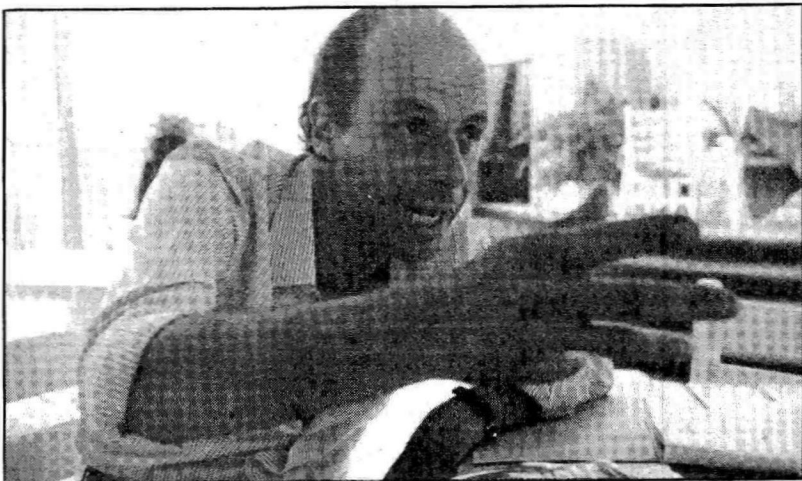
29 ABR 1992 JORNAL DE BRASÍLIA

Carlos Menandro

Tudo indica que o projeto-lei, a ser enviado ao Congresso nas próximas semanas, pela Secretaria Nacional de Cultura, estabelecendo novos mecanismos para a produção de cinema no País, ainda vai provocar muito barulho. O cineasta Ivan Cardoso revela um ceticismo absoluto em relação às medidas anunciadas pela Secretaria Nacional de Cultura para tentar revitalizar a produção audiovisual no País, paralisada há dois anos com a extinção da Embrafilme: "Este Governo é o samba do crioulo doido — detona Ivan. Ele não faz nada pelo cinema brasileiro. Se quisesse começaria fazendo pelo menos mais de 30 filmes já prontos, que foram produzidos, em parte, pelo próprio governo. Quem vai acreditar em um governo que não faz nada pelo que já existe?"

Ivan não acredita que o fato de colocar ações dos projetos de cinema nas bolsas de valores possa inserir o cinema no circuito de mercado: "Qual investidor será bobo de colocar dinheiro em algo já falido? Eu sou um cineasta aposentado. Esta história toda de novo projeto para o cinema é conversa fiada, boa para coquetel de guaraná e coca-cola. Depois o Banco do Brasil exige um fiador. Ora quem vai ser fiador de cineastas brasileiros? Ipojuca Pontes destruiu com o cinema brasileiro. Os cineastas brasileiros venderam tudo o que tinham. No auge do milagre, a Embrafilme tinha 100 filmes para negociar com os exibidores. Mesmo se fizessemos filmes não iríamos passar nem no Estação Botafogo. É uma questão de mercado. É a mesma coisa que você quer vender uma pitanga em um supermercado".

Barco furado — E o que seria uma saída efetiva para a produção audiovisual brasileira? Enquanto a televisão faz o que quiser, o cinema não vai existir. "Na televisão dos Estados Unidos, que são o modelo de capitalismo mundial, não existe rede que transmita a mesma programação da Califórnia até Nova Iorque. Não existe televisão que seja proprietária do canal público, dos equipamentos e dos artistas. A produção não pode



Ivan Cardoso, o diretor de *As Sete Vampiras*: "conversa fiada"

florescer se não houver mercado. As grandes redes brasileiras não compram nada. Se você é brasileiro, então você é um estrangeiro. Todo o esquema está montado para veicular exclusivamente a produção americana. Só o Brizola teria peito para mudar isto. Mas ele odeia ou ignora a arte da mesma maneira que o presidente Collor. Brizola não deu sequer uma colher de chá de razão para o cinema carioca, um dos mais importantes núcleos de produção do cinema brasileiro. Este governo não tem força para realizar as transformações. Quando os burocratas não querem fazer nada, eles criam uma comissão. Eu lamento apenas que o Rouanet, um cara sério, não tenha pulado fora deste barco furado na mudança do Ministério do Governo Collor".

Mercado de Bolsas — O produtor Cláudio Kahns não conhece, ainda, o projeto de lei que a Secretaria Nacional de Cultura enviará ao Congresso. Mas, de qualquer maneira, ele observa que centralizar todas as decisões e trâmites em Brasília não é uma política correta: "Eu acho que seria interessante haver várias modalidades de financiamento alternativas. Eu acho que o mercado não está estruturado para o filme brasileiro. Eu acho interessante tentar inserir o cinema no mercado de bolsas. Mas, por enquanto, acho uma coisa superficial. Quem vai comprar as cotas de um filme ao invés de comprar

ações da Paranapanema?"

O produtor Luiz Carlos Barreto acaba de chegar de uma viagem a Nova Iorque e também não domina todos os meandros do decreto-lei. Para ele, a questão não é mais de cinema brasileiro, mas sim de produção audiovisual brasileira. "O país tem um mercado de 120 mil horas por ano de produção audiovisual. Então a questão é saber se o País quer ou não quer produzir para este mercado. Isto é um direito e até um dever nosso. É algo que, além do valor cultural, gera muitos empregos". Segundo Barreto, o artigo inserido na Lei de Cinema, aprovada pelo Congresso e vetada pelo presidente Collor, no final do ano passado, sob a alegação de incorrer em impropriedades jurídicas, era simples e direto: abria espaço para todo o tipo de benefícios fiscais para quem investisse em cinema. "Eu acho positivo que a Secretaria envie este projeto-lei ao Congresso. Mas a Lei de Cinema era menos burocratizada. Você não pode colocar todo mundo no mesmo guichê. A nossa proposta era uma maneira de modernizar o setor, eliminar o corporativismo, o favorecimento. Comissões, paritárias ou não, levam sempre ao corporativismo. Esta nova proposta da Secretaria de Cultura está em dessintonia com a proposta liberal do Governo Collor. Ninguém precisa de autorização de uma comissão para plantar milho ou fabricar automóveis".